

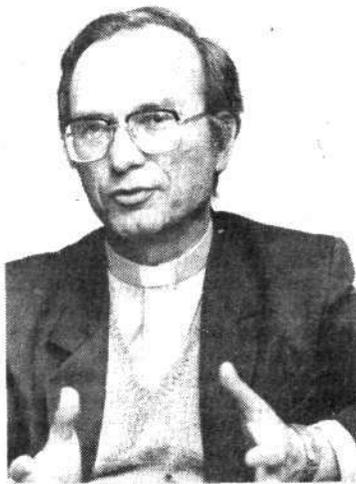
# CNBB alerta governo para reação popular extremista

Os bispos brasileiros, que no próximo mês reúnem-se em Itaiçi, para a eleição da nova presidência da CNBB e aprovação de diretrizes para a ação pastoral da Igreja nos próximos quatro anos, já estão recebendo da CNBB um documento contendo subsídios para as discussões. O trabalho faz uma análise do momento político-econômico vivido pelo país, alertando que a perda de confiança do povo nas ações do governo poderá desembocar no desencanto e apatia política ou então na adoção de soluções extremistas e a prática de fazer justiça com as próprias mãos. Mesmo reconhecendo que não cabe à Igreja, mas ao leigo, indicar soluções técnicas para os problemas sociais, a CNBB sugere não estar disposta a abrir mão de buscar um caminho político que evite as injustiças criadas pelo capitalismo selvagem e a asfixia da liberdade dos sistemas coletivistas de Estado.

O documento elaborado sob a supervisão do Instituto Nacional de Pastoral — INP da CNBB, contou com a participação do secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida — cotado para a presidência da entidade — do bispo, Dom Valfredo Tefé e de sete assessores da CNBB dividido em três partes, o trabalho apresenta uma análise das transformações sócio-culturais da sociedade brasileira, entra em questões teológicas, admitindo que a nível interno a caminhada da Igreja não se realiza, isenta de tensões, embora sustente que a unidade da Igreja supõe uma pluriformidade de expressão.

Numa terceira parte, o trabalho apresenta pistas e critérios para a elaboração de diretrizes pastorais reforçando que a Igreja continua sendo chamada à missão profética de denúncia — que desvela a falsidade de mitos e ídolos da sociedade de consumo; de crítica das opções sociais e políticas, que redundam efetivamente na opressão e miséria do povo.

Ao fazer a análise da conjuntura política e econômica, a CNBB sustenta que a



*D. Luciano dirigiu trabalhos*

existência de uma imensa pobreza, ao lado de minorias cada vez mais ricas, constitui-se num escândalo injustificável e de conseqüências imprevisíveis. Por outro lado, a frustração do Plano de Estabilização Econômica e a insegurança crescente dos cidadãos — apontam — contribuiu para uma sensação geral de desalento e para o esvaziamento do conceito de cidadania.

A CNBB critica, também o processo eleitoral de 15 de novembro passado, afirmando que ficou patente a fragilidade da estrutura partidária com uma campanha marcada pela pobreza de debates e propostas programáticas.

No quadro das mudanças sócio-culturais os meios de comunicação social também são alvo de críticas. Estes veículos — acentua o trabalho — são instrumentalizados para manter a ilusão capitalista de um mundo de bem-estar, escondendo as contradições, oferecendo gratificações simbólicas e cultivando no público a falsa impressão de ser o elo mais importante da corrente. A CNBB acha, também, que os meios de comunicação quase sempre distorcem e limitam as posições e documentos da Igreja, de acordo com interesses setoriais.

O trabalho levanta algumas indagações sobre os limites da participação da Igreja na

transformação da sociedade, um dos pontos de tensão a nível interno, que, por certo, serão exaustivamente debatidos em Itaiçi. Entre esses pontos merecem destaque: “É possível voltar a um modelo do passado, a uma posição da Igreja que não reconheça a autonomia da política? É suficiente que a Igreja se limite à tarefa, necessária, da denúncia profética e do testemunho de valores que a sociedade atual tende a rejeitar, ou a Igreja deve oferecer um modelo ou proposta ideal de nova sociedade, a partir de sua doutrina? Ou ainda: A Igreja deve pronunciar-se claramente pela ação democrática e contribuir para a formação política de leigos cristãos?”

Estas questões inquietam, hoje, o episcopado brasileiro em sua maioria representado pela chamada ala moderada — cerca de 80 por cento do colégio eleitoral de Itaiçi — que, se coloca entre as posições dos que levam à risca os princípios da Teologia da Libertação e os bispos mais identificados com a Igreja conservadora que criticam o forte engajamento da Igreja nas questões de ordem temporal, em detrimento de sua missão espiritual.

Conquistar este grupo moderado vai envolver, até o início da assembleia, os esforços dos candidatos aos cargos de presidente, vice-presidente e secretário-geral da CNBB e também dos que aspira e integram a Comissão Episcopal de Pastoral. Até agora, para presidir a CNBB, o nome mais cogitado é o do atual secretário-geral, Dom Luciano Mendes de Almeida. O grupo mais conservador chegou a apontar o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes como um possível candidato, mas ele desmente esta intenção. Os partidários da candidatura de Dom Luciano afirmam que seu trânsito junto à maioria moderada é muito bom, e nesses oito anos à frente da secretaria geral, ele pôde demonstrar habilidade política não apenas no trato de questões internas da Igreja, mas também, na qualidade de interlocutor da Igreja junto ao Governo.